



# Anais da Assembléia

Nº 17

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 1977.

ANO III

## 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 20.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1977.

### SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e David Federmann.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Aragão de Mattos Leão, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (40); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Otássio Pereira e Renato Bernardi (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O

- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO (Inicia a leitura da ata da sessão anterior)
- O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.
- O SR. LÚCIO MACHADO — Solicitaria que se fizesse a verificação de quorum.
- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere a solicitação do Sr. Deputado e solicita ao Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de quorum.
- O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)
- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Responderam a chamada nominal 18 Srs. Deputados. O Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário repetirá a chamada, principalmente, constante dos nomes que não responderam freqüência.
- O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — (Repete a chamada nominal dos Srs. Deputados que não responderam à chamada anterior)
- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — 29 Srs. Deputados responderam a chamada.
- Havendo número legal para prosseguimento da sessão, solicito ao Sr. 2.<sup>o</sup> Secretário que proceda a leitura da ata.
- O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — prossegue a leitura da ata, que é aprovada sem observações.
- O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

## REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTOS

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do senhor AUGUSTO ALVES, ocorrido em data de ontem na cidade de ALVORADA DO SUL.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL.

## JUSTIFICATIVA:

AUGUSTO ALVES, é um dos pioneiros da cidade de ALVORADA DO SUL, sendo progenitor do atual Prefeito daquele município, Sr. ÁLVARO ALVES.

Alí lutou pela formação da cidade, onde sempre pontificou em todos os campos de atuação.

Sua morte abre uma grande lacuna naquele município, onde somente soube fazer amigos.

## REQUERIMENTOS

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de aplausos, ao jornalista EMIR SFAIR, pela publicação, na edição do jornal "Gazeta do Povo", de 14 do corrente, de matéria sobre a instalação da Justiça Eleitoral em nosso Estado, e a luta que ela representa em 32, dando continuidade, assim, com muito brilhantismo, a série denominada "30 anos da História no Paraná", cujas reportagens estão alcançando a melhor repercussão, pela qualidade de análise e importância das suas pesquisas.

Este capítulo, em especial, sobre a Justiça Eleitoral, merece menção de destaque, pois exalta o organismo que, em última análise, é um dos alicerces do exercício pleno da democracia, surgindo no Paraná, em 32, após 4 outros Estados já o possuírem.

Requer, ainda, o envio de expediente, com manifestação de aplausos à família do Exmo. Sr. Desembargador Carlos Pinheiro Guimarães, o primeiro presidente do Tribunal Regional Eleitoral, e que implantou a Justiça Eleitoral em nosso Estado.

Solicita, também, que se dê ciência à família do Desembargador Carlos Pinheiro Guimarães, por intermédio do Sr. Manoel Dória Guimarães, que fornece dados para a reportagem.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1977.

(a) JURANDIR MESSIAS.

## JUSTIFICATIVA:

Esta Casa já teve a feliz oportunidade de se manifestar, também em requerimento, a propósito da série de reportagens de autoria do jornalista EMIR SFAIR, 30 anos da História do Paraná, e, desta feita, vimos, novamente, solicitar destaque para este sério e importante trabalho, que relata em suas minúcias, os mais históricos episódios vividos por paranaenses ilustres, como é o caso do Desembargador Carlos Pinheiro Guimarães e tantos que como ele lutaram pela instalação da Justiça Eleitoral no Paraná.

A imprensa do nosso Estado, representada pela "Gazeta do Povo", está oferecendo um trabalho de alta significação para

estudantes, pesquisadores, historiadores, políticos, homens políticos, e a todos que se interessam pela vida paranaense, servindo, o tema como documentário dos mais ricos em todos os seus aspectos. Está, realmente, o jornalista Emir Sfair cumprindo tarefa das mais dignas, embora exaustiva, ao elaborar esta série. Auguramos que a "Gazeta do Povo" possa permitir, ainda, outras reportagens desse nível, que engrandecem a imprensa.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, de acordo com disposições regimentais e após ouvido o Plenário, requer seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor KARLOS RISCHBIETER e Cel. VALTER PERACHI BARCELOS, Presidente e Diretor Regional do Banco do Brasil, respectivamente, no sentido de solicitar a instalação de uma agência deste prestigioso banco na cidade de Formosa do Oeste. A presente solicitação é fundamentada na premente necessidade que tem a economia local, calcada inteiramente na agricultura, a exemplo de toda região Oeste Paranaense, com uma variação que, em parte, existe o cultivo cafeeiro com necessidade de maior incremento. O deslocamento dos produtores para outros municípios, à procura de agência do Banco do Brasil, tem sido obstáculo para um desenvolvimento ainda maior da agricultura local.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1977.

(a) WERNER WANDERER

## PROJETOS DE LEI:

### PROJETO DE LEI NÚMERO 23/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública a Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1977.

(a) FUAD NACLI

### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado do Paraná — (S.B.S.S.P.M.PR), foi fundada em data de 14 de outubro de 1915, por Subtenentes e Sargentos na então época da Guarda Nacional, com fins específicos de promover a classe social, através de convênios junto a entidades particulares, ajuda assistencial aos associados, pelos Departamentos próprios tais como: Educação e Cultura, Relações Públicas, Patrimônio e Assistência Social, que visam o bem estar dos sócios e dependentes.

O "Departamento de Assistência Social", tem por finalidade prestar aos associados, uma assistência dentária, sem qualquer ônus, mantendo gabinete dentário devidamente equipado, atendendo pela parte da manhã, tarde e noite; Assistência Jurídica, através de advogado que presta serviços pela parte da manhã e tarde, a todos os associados e seus dependentes, que tiveram necessidade de orientação e defesa junto ao Poder Judiciário, sem que lhes custe qualquer outro pagamento; assistência farmacêutica, através de convênio junto à rede de farmácias da Capital, para o sócio que não tenha condições imediatas na aquisição de remédios, a Sociedade fará a aquisição dos mesmos, com posterior desconto em folha.

O Departamento Educacional, tem a primordial atividade de difundir no meio de seus associados, através de palestras, conferências e debates, reuniões, a fim de propagar a cultura, o melhor entendimento e conhecimento da História Militar, Social e Cultural de nossa Nação, de prestar informações adquiridas

junto à coleções de livros em sua Biblioteca própria, juntamente com Bibliotecário, que encaderna e os mantém catalogados, os livros doados e adquiridos juntamente com diversos mapas, pela atual gestão e passadas, tudo com um só objetivo de melhor informar, educar o associado.

O Departamento de Relações Públicas é o que procura dentro das normas de ética profissional, desenvolver um melhor entendimento entre a classe dos militares, e bem como, fazer com que seja demonstrado publicamente, que a função de policial-militar é de suma importância na salvaguarda dos interesses dos cidadãos, na manutenção da ordem pública, social e administrativa, prezando sempre pelas normas a serem cuidadas e mantidas, para o bem da Nação; desenvolver trabalho de informação e credenciamento junto aos órgãos de divulgação, inclusive com uma revista própria, que é denominada "O Sargento", especificamente, para a divulgação da classe das Praças de Pré.

Este Departamento de Relações Públicas tem, na sua direção, um orador de nível universitário, que promove palestras, e, junto às reuniões de conagração da classe, através de vibrantes discursos, conclamando à união, aos respeito às normas instituídas, a Lei e o Governo, procura difundir no meio do associado, uma vibrante participação na vida social, entre seus próprios companheiros de classe.

O Departamento de Patrimônio, procura através de arrecadação mensal, em folha de pagamento, já estipulados manter em funcionamento a sociedade, pagando suas despesas operacionais, com pessoal, funcionários burocráticos, profissionais liberais impostos próprios da atividade como água, luz, taxa de lixo, INPS, FGTS, PIS, IPPTU, e outros em geral, recaiam sob a sua responsabilidade, sempre à vista seus compromissos. Tem tal Departamento de Patrimônio por finalidade aumentar, através de novas aquisições, o que está sendo feito, com a compra de outros terrenos, a fim de construir nova sede própria, maior que a atual, sita à rua Engenheiro Rebouças, número 2329, com um prédio de 3 (três) andares, construído já a alguns anos, avaliado atualmente em mais de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), fora os móveis e utensílios de uso diário.

Este Departamento zela pelos inúmeros imóveis que a Sociedade tem em praias de nosso Estado, onde pretende construir uma pequena Colônia de Férias, e visa edificar nesta cidade de Curitiba, um outro prédio maior, que proporcione melhor atendimento à classe prolícial-militar dos Subtenentes e Sargentos.

Os sócios componentes da Sociedade são de diversas categorias: Fundadores, Remidos, Beneméritos, Honorários, Conselheiros, Civis e Patrimoniais;

Apesar de todos os benefícios que os sócios têm na própria Sociedade, a mesma, uma vez por ano, promove campanha de distribuição alimentícia, de roupas e remédios entre os associados mais carentes de tal ajuda, bem como aos demais civis em geral, que são então ajudados pela ação social da entidade.

A Sociedade Beneficente, luta em prol de uma classe unida, distinta e dinâmica, que exerça funções de coibir abusos indiscriminados, contra a sociedade constituída.

Seus estatutos inclusos, dão ajuda por morte através de pecúlio, auxílio funeral. Paga aos familiares dos associados, para um melhor amparo. Cede seu aditório para casamentos, festas, batizados, aniversários, formaturas e encontros sociais dos associados para conagração da classe.

Tudo, em conformidade com o estatuto vigente, desde a sua fundação em data de 14 de outubro de 1915, e, atualmente dirigida por uma Diretoria, que exerce o mandato de 2 (dois) anos, sendo renovável através do sufrágio universal, secreto entre os filiados e associados.

### PROJETO DE LEI Nº 24/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º — Fica denominada “Antônio Lacerda Braga” a rodovia que liga o município da Lapa ao de Porto Amazonas.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1977.

(aa) Francisco Escorsin, Aginaldo Pereira Lima, Luiz Roberto Soares, Lázaro Dumont, Gabriel Manoel, Wilson Fortes, Gilberto Carvalho.

## JUSTIFICATIVA:

Quem conheceu Antônio Lacerda Braga, por certo sabe da luta que empreendeu pelo desenvolvimento da região da Lapa.

Ainda jovem, pobre, pés descalços, embrenhava-se nas matas abrindo picadas, auxiliando os moradores do lugar a construir casas, plantar lavouras, tudo apenas e em nome do espírito desbravador e pioneiro de que era possuidor.

Amigo de todos, sempre lutou pela integração da região, razão pela qual um dos seus maiores ideais foi ver aberta e construída uma estrada que ligasse os municípios da Lapa e Porto Amazonas.

Nada mais justo, pois, que a rodovia passe a ser denominada “Antônio Lacerda Braga”, como reconhecimento e homenagem do povo do Paraná a um paranaense que soube amar sua terra e sua gente.

Este é o plano de lei que o subscritor espera mereça o apoio dos nobres e ilustres pares.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Há cerca de um ano e meio, mais, em 13 de junho de 1975, requeremos a esta Casa que se remetesse um ofício ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que fosse prestado esclarecimento sobre a entrega de ações aos usuários e promitentes usuários dos planos de participação. Recordo-me que este pedido de informações, dizia respeito a uma série de reclamações que se verificavam na questão da participação acionária dessa companhia.

E, de certa forma, o então Líder do Governo, hoje honrado Presidente deste Poder, trouxe aqui pilhas de documentos ou de papéis, buscando a certificação ou a formalização de que a TELEPAR estaria cumprindo com as suas obrigações ditadas pela Lei vigente no País.

Recentemente, Sr. Presidente, para desapontamento, para irritação e para desconcerto dos controles de quantos vão à TELEPAR buscar certificados ou cautela de ações, dessa participação de plano, esbarram em imposições destituídas de fundamento legal — primeiro, recusam-se a entregar as ações aos seus legítimos adquirentes. Tenho em mãos, um documento que diz o seguinte:

“Companhia de Telecomunicações do Paraná.

Recibo de cobrança — e, diz aqui no texto do recibo, “valor recibo referente à integralização do plano de participação”, vem os números e a quantia e, ainda mais, a autenticação feita pela própria TELEPAR, de Cr\$ 426,00.

Parece-me que a lei do código comercial e, vai longe a data que não manuseio esta lei, diz que os recibos dados como pagamento integral ou de integralização de qualquer importância devida, quitam, por inteiro, os débitos atrasados.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os juristas eminentes daquela companhia, talvez, orientando o pessoal que serve o expediente do público, não querem entregar algumas ações ao portador deste recibo e de outros recibos. Ações, a cujo direito o pagamento feito ainda em maio de 1976 e que deveria ter acesso às bonificações dadas no mês de novembro

e aos dividendos auferidos por força de balanço e a participação nas ações deste ano, que seriam entregues, agora também em 1977, o portador é detentor.

Ora, é um cerceamento, um pretensão cerceamento de direito, e que mereceria, inclusive, uma ação judicial, para certificar aqueles que, no pedido que não foi aprovado por esta Assembléia, no dia 13 de junho de 1975, em que argumentávamos este cerceamento de direito por um organismo estatal por uma companhia que explora um serviço de utilidade pública, que aí está a exigir um pagamento que ao portador destes recibos desconhece, e que a própria TELEPAR desconhece. E mais, estão a exigir que nas transações destes telefones, ou destes direitos se use mandatos procuratórios na forma em que a TELEPAR pretende que sejam outorgados. E o portador, que possui o mandato particular, é verdade, em causa própria, foi recusado pela TELEPAR e ofereceu um outro modelo previamente estipulado, com cláusulas que a própria TELEPAR impõe que seja assinado. Ora, se o portador já dispõe de um mandato outorgado em 1975, eu não sei qual é o sistema de funcionamento, não sei se ainda o País vive um clima de segurança jurídica que os portadores de documentos que a lei lhe outorga, o direito de usar ou de ver os benefícios que este documento defere, não sei se a TELEPAR já se imbuíu também dos poderes do Ato-5, ao acesso ao direito de bonificações em ações que esta companhia deve entregar a estes usuários.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Esta Mesa informa ao nobre Deputado, que o seu tempo está esgotado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço, Sr. Presidente, e vou concluir. Vou concluir mas lamento que em 1975, a TELEPAR não tenha recebido desta Casa o pedido de informações. Quem sabe se por força deste pedido de informações esta Casa poderia conhecer muitas outras coisas. Hoje só através dos interessados é que nós podemos dar a conhecer das coisas que se passam na TELEPAR. Lamento profundamente que isto ocorra, principalmente com aqueles que contribuem para capitalizar, para oferecer capital de giro àquela empresa que, aliás, deixa de ser paranaense, para passar para o Governo Federal. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ouvimos atentamente o pronunciamento do ilustre Deputado Fidelcino Tolentino, no que concerne ao problema da TELEPAR, uma das companhias que projetou, uma companhia estatal que projetou o Paraná, em todo o Brasil e quicá, no exterior.

Não podemos concordar porque a TELEPAR, como toda a companhia estatal, companhia de economia mista, sofre a vigilância e com justa razão, toda a vigilância necessária. Conhecendo nós, como conhecemos o ilustre Presidente desta Companhia, Dr. Renato Johnsson, não podemos admitir que se fale em abusos numa companhia estatal, numa companhia que é do povo, com suas falhas, sabemos perfeitamente. O que não podemos admitir, entretanto, são tiradas de demagogia procurando atacar o Presidente de uma companhia que está voltado unicamente e exclusivamente...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, questão de ordem.

Sr. Presidente, não permito que nesta Casa se levante a voz para dizer que venho à tribuna para fazer demagogia, com documentos na mão, Sr. Presidente. É uma questão de respeito. O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, continuando o meu discurso, continuando a minha afirmação, a minha revolta, porque se ataca indevidamente o presidente da TELEPAR, o Dr. Renato Johnsson. Se a TELEPAR não pertence ao Paraná, pertence ao Brasil que é um todo e o Paraná é Brasil, estão todos voltados exclusivamente para o bem estar de nossa

Pátria.

A TELEPAR não pertence a companhia multinacional, pertence à nosso querido Brasil, a esta Bandeira, Auviverde Pendão da Esperança, e nós não podemos acusar, muito menos de um tribuna.

O Paraná é Brasil, Sr. Presidente; o Paraná é Brasil, Srs. Deputados. Quando vemos o esforço conjugado do Poder Central e do Poder Paranaense, quando vemos brasileiros paranaenses, de todos os rincões de nossa querida Pátria aflorarem a esta terra generosa, não podemos dizer que são estranhos porque não são paranaenses. Temos, Sr. Presidente, dentro de nossa população que laboriosamente luta pelo bem estar de nosso Estado e pela projeção de nosso querido rincão, 50 por cento de paranaenses. Do Rio Grande Sul, temos paranaenses; paranaenses de Santa Catarina; paranaenses do Nordeste e de todo este torrão brasileiro que é um todo da Pátria querida.

Não podemos então, censurar a TELEPAR e a TELEBRÁS porque a finalidade é a mesma. Permitindo-me Sr. Presidente, um adágio popular, do meu pessoal: "Muda a coeira, mas a cachorrada é sempre a mesma".

Nós estaremos aqui, Sr. Presidente, para defender tanto o Paraná como o Brasil e, quero pedir a V. Exa., Sr. Presidente, solicitando ao ilustre Presidente da TELEPAR, homem digno, Dr. Renato Johnsson, porque lá na TELEPAR ele não faz discriminação de político, a não ser a política da companhia, conjugada com a política de beneficiar o povo.

E nós não podemos vir aqui, com documentos, dizendo que não foram atendidos em 1975. Por exemplo, Sr. Presidente, eu como acionista do Bamerindus não posso vir aqui dizendo que não foram pagos os meus dividendos. Isto é um problema jurídico, problema que deve ser discutido em termos jurídicos.

Então estaremos aqui, Sr. Presidente, a desafiar, neste instante, quando somos atacados, pelo fato Sr. Presidente, de pertencermos a um governo honesto, de pertencermos a um governo que está trabalhando exclusivamente pela valorização do homem do Paraná.

V. Exa. e os Srs. Deputados conhecem a conduta reta do ilustre Presidente da TELEPAR, homem honesto, digno e de origens humildes, que não faz discriminação. Se este pagamento não houve, Sr. Presidente, eu lhe digo, Sr. Presidente, que eu assumo com a responsabilidade daquele pagamento que não houve. Se não houve é porque estava errado, quero adiantar, neste instante. E, que esta Casa não sirva mais de tiradas demagógicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).  
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, devidamente apoiado, constante do expediente. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 135/76, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública, a "COLSAN Londrina — Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue", com sede e foro na cidade de Londrina. Com parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 135/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "COLSAN Londrina — Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue", com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

#### JUSTIFICATIVA:

A COLSAN Londrina — Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, é uma sociedade civil, beneficente e filantrópica que vem prestando seus inestimáveis serviços junto à comunidade de Londrina.

A cópia dos seus estatutos que anexamos ao presente comprovam estarem preenchidas as exigências legais previstas pela Legislação Federal e Estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Com isso, estamos apresentando o presente plano de lei, que por certo contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 135/76

De autoria do nobre Deputado Dácio Leonel, o presente Projeto de Lei número 135/76, visa declarar de utilidade pública a "COLSAN Londrina — Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue", com sede na cidade de Londrina.

Analisando-se a documentação e a justificativa que acompanham a proposição, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos legais essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Augusto Alves, ocorrido na cidade de Alvorada do Sul. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao jornalista Emir Sfair, pela publicação, na edição do jornal "Gazeta do Povo", de matéria sobre a instalação da Justiça Eleitoral, em nosso Estado. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente e Diretor Regional do Banco do Brasil S/A., com o objetivo de solicitar a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito, na cidade de Formosa do Oeste. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, na forma do art. 150 do Regimento Interno, solicitando seja encaminhado seu pronunciamento feito da tribuna, aos Srs. Presidente do IBC., e Secretário da Agricultura, para que tome as providências cabíveis. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, na forma do art. 150 do Regimento Interno, solicitando voto de aplausos à campanha "Nossa Cidade Mais Humana", liderada pelo Lyons Clube e Rotary Clube locais, com o apoio

Prefeito de Curitiba. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, para discutir, ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Permito-me, Sr. Presidente, preliminarmente, externar as minhas escusas, embora a sua ausência à sessão de hoje, do eminente Deputado Rosário Pitelli, por ter no curso de dois dias, por duas vezes, obstado a tramitação normal de matérias da lavra de S. Exa., foi minha iniciativa.

Mas não podia, Sr. Presidente, deixar que este requerimento recebesse da Casa, o aval e a aprovação, sem que se estabelecessem alguns reparos, que me parecem necessários. Aliás, S. Exa. o Deputado autor do requerimento, com muita inteligência e sutileza, desfocou até certo ponto, na sua justificativa e na colocação de redação que faz do requerimento, o alvo da homenagem, para invertendo os polos, alçar à condição maior a grupos comunitários e fazendo aparecer, como que em segundo plano, a administração municipal de Curitiba.

Pensava assim talvez S. Exa., que com o expediente assim proposto pudéssemos não nos interessar pela questão, entregando à comunidade a aprovação, o engodo que, efetivamente, ela merece, pela iniciativa que promove. Mas trazendo no seu caudal, também, a nossa aprovação, o nosso aplauso à administração municipal de Curitiba.

Há de se fazer aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma diferenciação justa, necessária e meritória, para que a comunidade, por suas parcelas mais representativas, por suas parcelas mais expressivas, se interesse e trabalhe em favor das causas que incidem sobre esta coletividade. E por isso, aí vai o nosso aplauso, ao "Rotary", ao "Lyons", às outras entidades aí citadas e outras não citadas, que estão também, no bojo do procedimento que irá se iniciar.

À coletividade humana nosso reconhecimento, pela preocupação que tem em remover problemas que estão a afligir nossa terra e nossa gente.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, daí a conferir à administração municipal do povo e da homenagem que se pretende, vai muita diferença. Porque se um lado a preocupação deve também pertencer à comunidade, a preocupação maior, o dever de remover as causas desses problemas, está efetivamente na órbita da própria administração pública.

E aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que posso constatar o caos que reina neste setor. Lamentavelmente, a administração pública de Curitiba tem sido omissa, tem sido relapsa no trato dos problemas e de todos os atos que possam estar ligados à questão de humanidade.

Curitiba não é uma cidade humana; Curitiba não é uma cidade que proporciona aos que aqui vivem, moram, labutam, uma condição de vida, uma qualidade de vida, capaz de fazer a todos feliz.

Não é, Sr. Presidente, e na questão levantada pelo requerimento, posso afirmar até, que para gáudio dos curitibanos, que para gáudio daqueles que tinham parcelas de responsabilidade na condução da coisa pública municipal e estadual, se viu há pouco tempo, uma administração efetivamente preocupada com estas questões. Curitiba tinha, possuía, exercitava e implantava um sistema viário capaz de, a curto prazo, ou talvez a médio prazo, eliminar estes problemas.

Curitiba possuía uma planificação em curso, sendo implantado, sendo exercitada. A partir do acesso da atual administração, tudo isso foi abandonado e nós acompanhávamos, Srs. Deputados, o abandono dos planos e dos programas, na esperança de que talvez o gênio e a agressividade do Prefeito que ali se instalou pudesse trazer alguma coisa de maior, alguma coisa de melhor, alguma coisa de mais qualificado para a nossa cidade.

Nada e nada, Sr. Presidente. Nada e nada, Srs. Deputados. Abandonou-se o que se vinha fazendo e até mesmo com frutos já sendo colhidos, para se instalar coisa alguma. Hoje não há,

na Prefeitura Municipal de Curitiba, hoje não há serviço e não há ênfase, hoje não há filosofia orientando o trabalho, naquele pedaço de poder público. Hoje não há alguma coisa que possa nos tranquilizar, possa proporcionar a Curitiba, aos curitibanos, a perspectiva que caminhamos para resolver, para equacionar nossos problemas.

E que não se fique tão só na questão do problema do trânsito, até mesmo porque aqui muito se disse, até mesmo porque muitas vozes se levantavam, até mesmo porque muitas soluções foram aqui encontradas. Mas não fiquemos só nisso. Aí está toda uma cidade com uma gama de problemas que não encontra solução, nem perspectiva de solucionamento não existe. Temos recebido, por parte da administração municipal, palavras, só palavras, jogadas para a frente ou para os ventos, num vocabulário que nada explica, e que mais ainda preocupa a todos.

Lamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que seja assim Curitiba; que seja assim minha cidade.

Vou, efetivamente, dar meu voto favorável a esse requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, porque empresta louvor à parcela muito representativa da comunidade e está evidenciando setores particularizados de nossa gente, de nosso povo, que está tomando nas mãos, chamando a si a responsabilidade de resolver problemas que estão afetos, ligados diretamente a Curitiba.

Voto favorável por isso, mas, com o reparo que, aqui, acabo de fazer.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão. — Em votação. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 132/76.

Levanta-se a sessão.

#### DECRETOS LEGISLATIVOS:

##### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 114/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 03, de 03 de janeiro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MANOEL MARTINS DE CASTRO, matrícula número 315, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 115/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 057, de 02 de fevereiro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RENATO

EUGÊNIO REBELLO SCHAITZA, matrícula número 600, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1975 e 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 116/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 491, de 1 de fevereiro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IRANI CARINI, matrícula número 179, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Técnico em Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 117/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 637, de 09 de fevereiro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA DO ROCIO MEDEIROS WITOSLAWSKI, matrícula número 425, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1977.

(a) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 118/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 11137, de 23 de dezembro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ TARQUÍNIO ISFER, matrícula número 125, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1975 e 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 119/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 13, de 03 de janeiro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de WILSON RAMOS, matrícula número 137, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 120/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 559, de 03 de fevereiro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ETHEL DE PINHO NEVES, matrícula número 244, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 121/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 458, de 27 de janeiro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JORGE MATHIAS JÚNIOR, matrícula número 072, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1977.

(a) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 122/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 181, de 12 de janeiro



ro de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 1674, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula número 161, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 123/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 363, de 20 de janeiro de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MANOEL AGUIAR FILHO, matrícula número 399, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1977.

(a) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 124/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 08 de 03 de janeiro de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, matrícula número 386, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 125/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 481, de 31 de janeiro de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6742, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO, matrícula número 184, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria

desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 126/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 125, de 12 de janeiro de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DARCI ANTÔNIO BUDEL, matrícula número 062, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1975 e 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 127/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 358, de 20 de janeiro de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de dezembro de 1970, alterado pelo art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IVO GUSSO, matrícula número 264, ocupante do cargo de Secretário em Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 128/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 18, de 03 de janeiro de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA IGNEZIA CAVALARI FAGUNDES, matrícula número 219, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 129/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Ato número 52/77 e Decisão da Mesa da Câmara dos Deputados, bem como o disposto no Decreto Legislativo número 147, de 24 de março de 1976,

RESOLVE:

Art. 1º — Fixar os subsídios e Ajuda de Custo dos Deputados, a partir de 01 de março de 1977, nos seguintes valores:

SUBSÍDIOS FIXOS ..... Cr\$ 6.760,00  
AJUDA DE CUSTO ..... Cr\$ 22.533,32  
DIÁRIA POR COMPARECIMENTO ..... Cr\$ 400,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 121/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

lotar, MOYSÉS ABDALA MAGALHÃES, matrícula número 316, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal, no Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 122/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1658, de 17 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, de 21 de dezembro de 1976, à funcionária JOSEFA KUČEK LEVANDOSKI, matrícula número 174, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA (Período Extraordinário)

Aos treze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e setenta e seis, às quinze e trinta horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do senhor Deputado Alfredo Gulin, presentes os senhores deputados Fuad Nacli e Lineu Turra. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos. Não havendo expediente sobre a Mesa, passou-se de imediato à ORDEM DO DIA: PROJETO DE LEI NÚMERO 153/75, de autoria do senhor deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada Guaraniçu-Altamira, relator o senhor deputado Fuad Nacli, parecer favorável, aprovado. PROJETO

DE LEI NÚMERO 86/76, de autoria do senhor deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Piraf do Sul, imóvel que especifica, o senhor presidente avocou o referido projeto, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI NÚMERO 96/76, de autoria do senhor deputado Fidelcino Tolentino, que inclui no Plano Rodoviário Estadual em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a sede do município de Capitão Leônidas Marques aos distritos que especifica, prevendo-se ainda a construção de pontes sobre o rio Baicoru ou Andrada, relator o senhor deputado David Federmann, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI NÚMERO 117/76, de autoria do senhor deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o rio Andrada, ligando o distrito de Alto Alegre à sede do município de Leônidas Marques, relator o senhor deputado David Federmann, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI NÚMERO 105/76, de autoria do senhor deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder asfaltamento da Estrada que liga as sedes dos municípios de Colorado e Itaguapé, relator o senhor deputado David Federmann, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI NÚMERO 50/76, de autoria do senhor deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo construir uma ponte sobre o rio Iguaçu, ligando os municípios de Capitão Leônidas Marques e Capanema, relator o senhor deputado Valter Pietrângelo, parecer favorável, aprovado. PROJETOS DE RESOLUÇÃO de números 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289 e 292/76, oriundos de Mensagens Governamentais de números 68, 82, 90, 92, 101, 104, 108, 110, 113, 114, 127 e 128/76, que aprovam Termos de Convênios entre o Governo do Estado, com interveniência de diversos órgãos do Estado e os seguintes municípios: Amporã, Nova Esperança, Nova Esperança, Palmital, São Carlos do Ivaí, Porto Rico, Barracão, Porto Vitória, Tapejara, Santa Isabel do Ivaí, Porto Rico, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, Alto Piquiri, Uraí, Faxial, Nova Cantu, Porecatu e Cascavel, relator o senhor deputado Lineu Turra, pareceres favoráveis, aprovados. PROJETOS DE RESOLUÇÃO de números 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311 e 312/76, oriundos de Mensagens Governamentais de números 68, 132, 134, 137, 142 e 143/76, que aprovam Termos de Convênios entre o Governo do Estado, com interveniência de diversos órgãos do Estado e os seguintes municípios: Corbélia, Itaguapé, São João do Ivaí, Cruzeiro do Oeste, Santa Isabel do Ivaí, Umuarama, Nova Olímpia, Planaltina do Paraná, Centenário do Sul, Paranavai, Cerro Azul, Ivaí, Doiz Vizinhas, Santa Isabel do Oeste, Astorga, Florai, Sengés, Porto Amazonas, Cruzeiro do Sul e Irati, relator o senhor deputado Fuad Nacli, pareceres favoráveis, aprovados. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo senhor presidente assinada, bem como por mim, Secretário.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1976.

(aa) ALFREDO GULIN — Presidente

Roberto Diniz Satyro — Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA (Período Extraordinário)

Aos quatorze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e setenta e seis. Às quinze e trinta horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor deputado Alfredo Gulin. Presentes os senhores deputados Fuad Nacli e Lineu Turra. Havendo número legal o senhor presidente declarou abertos os trabalhos. Não havendo expediente sobre a mesa, passou-se de imediato à ORDEM DO DIA: PROJETOS DE RESOLUÇÃO de números 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258 e 259/76, oriundos de Mensagens Governamentais de números 68, 77, 81, 83, 90, 95, 108 e 114/76, que aprovam Termos de Convênios entre o Governo do Estado, com interveniência de diversos órgãos do Governo do Estado e os seguintes municípios: Salto do Lontra, Nossa Senhora das Graças, Piraquara, Rebouças,



Sertãozinho, Siqueira Campos, Terra Rica, Paranacity, Paranaíba, Terra Roxa, Paranaíba, Planalto, Quedas do Iguaçu, Guaraniáçu, Cornélio Procopio, Imbituva, Santa Amélia e Santa Mariana. Relator o senhor deputado David Federmann, pareceres favoráveis, aprovados. PROJETOS DE RESOLUÇÃO números 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268 e 269/76, oriundos de Mensagens Governamentais de números 57, 99, 103, 106, 108, 114, 120 e 124/76, que aprovam Termos de Convênios entre o Governo do Estado, com interveniência de diversos órgãos do Governo do Estado e os seguintes municípios: Altônia, Colorado, Rondon, Quinta do Sol, Rancho Alegre, Tamboara, Araucária, Estado do Sergie e Secretaria do Estado de Planejamento, relator o senhor deputado David Federmann, pareceres favoráveis, aprovados. PROJETOS DE RESOLUÇÃO de números 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320 e 321/76, oriundos de Mensagens Governamentais de números 54, 74, 96, 102, 108, 140 e 141/76, que aprovam Termos de Convênio entre o Governo do Estado, com a interveniência de diversos órgãos do Estado e os seguintes municípios: Loanda, Bela Vista do Paraíso, Umuarama, Astorga, Cruzeiro do Oeste, Goioerê, Santa Cruz do Monte Castelo, Cornélio Procopio e Bandeirantes. Relatores os senhores deputados David Federmann e Alfredo Gulin. Pareceres favoráveis, aprovados. PROJETOS DE RESOLUÇÃO de números 323 e 324/76, oriundos de Mensagens Governamentais de números 123 e 126/76, que aprovam Termos de Convênios entre o Governo do Estado, com interveniência de diversos órgãos do Governo do Estado e os seguintes municípios: Moreira Sales e Japurá, relator o senhor deputado Alfredo Gulin, pareceres favoráveis, aprovados. PROJETO DE RESOLUÇÃO de número 326/76, oriundo de Mensagem Governamental de número 131/76, que aprova Termo de Convênio entre o Governo do Estado, com interveniência de órgãos do Governo do Estado, e o município de Flórida, relator o senhor deputado Alfredo Gulin, parecer favorável, aprovado. PROJETOS DE RESOLUÇÃO de números 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342 e 343/76, oriundos de Mensagens Governamentais de números 135, 136, 137, 138, 139 e 144/76, que aprovam Termos de Convênios entre o Governo do Estado, com interveniência de órgãos do Governo do Estado e os seguintes municípios: Paissandú, Bom Sucesso, Guaraci, Nova Aurora, Terra Rica, Planaltina do Paraná, Foz do Iguaçu, Pato Branco, Apucarana, Mirador, Faxinal, Tibagi, Sertãozinho, Rancho Alegre, Paranacity e Santa Helena. Relator o senhor deputado Alfredo Gulin, parecer favorável, aprovado. PROJETOS DE RESOLUÇÃO de números 345, 346, 347, 348, 349, 350 e 351/76, oriundos de Mensagens Governamentais de números 146, 148, 149, 150, 151, 153 e 154/76, que aprovam Termos de Convênios entre o Governo do Estado, com interveniência de órgãos do Governo e os seguintes municípios: Centenário do Sul, Santo Antônio do Caiuá, Iguaçu, Curitiba, Tamboara, Cidade Gaúcha, Santo Inácio. Relator o senhor deputado Alfredo Gulin, pareceres favoráveis, aprovados. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo senhor presidente assinada, bem como por mim Secretário.

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 1976.

(aa) ALFREDO GULIN — Presidente  
Roberto Diniz Satyro — Secretário

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA

##### ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA (Período Extraordinário)

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de um noventa e sete e seis, às quinze e trinta horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor deputado Alfredo Gulin. Presentes os senhores deputados Fuad Nacli e Lineu Turra. Havendo número legal o senhor presidente declarou abertos os trabalhos. Não havendo expediente sobre a mesa, passou-se de imediato à ORDEM DO DIA: PROJETOS DE RESOLUÇÃO de números 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360 e 361/76, oriundos de Mensagens Governamentais de números 152, 155, 156, 157,

158, 159, 161, 162, 163 e 164/76, que aprovam Termos de Convênios entre o Governo do Estado, com a interveniência de diversos órgãos do Governo do Estado e os seguintes municípios: Indianópolis, Diamante do Norte, São Mateus do Sul, Terra Boa, Guaraci, Querência do Norte, Terra Rica, São João do Caiuá, Pérola e São Pedro do Paraná. Relator o senhor deputado Alfredo Gulin. Pareceres favoráveis, aprovados. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo senhor presidente assinada, bem como por mim, secretário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1976

(aa) ALFREDO GULIN — Presidente  
Roberto Diniz Satyro — Secretário

#### Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

##### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA

##### ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA (Período Extraordinário)

Aos dezessete dias do mês de dezembro de um mil novecentos e setenta e seis, às quinze e trinta horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor deputado Alfredo Gulin, presentes os senhores deputados Fuad Nacli e Lineu Turra. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos. Não havendo expediente sobre a mesa, passou-se de imediato à ORDEM DO DIA: PROJETO DE RESOLUÇÃO de número 362/76, oriundo de Mensagem Governamental de número 147/76, que aprova Termo de Convênio entre o Governo do Estado com a interveniência de órgãos do Governo do Estado e o município de Terra Roxa. Relator o senhor deputado Jorge Sato. Parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo senhor presidente assinada, bem como por mim, secretário.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1976.

(aa) ALFREDO GULIN — Presidente  
Roberto Diniz Satyro — Secretário

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA

##### ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos quinze dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e sete, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para o fim de ser procedida a eleição do Presidente e Vice-Presidente e conseqüente instalação. Presidida na forma regimental pelo senhor deputado Alfredo Gulin, membro mais idoso dentre os senhores deputados indicados para comporem aquela comissão, estando presentes os senhores deputados: Fuad Nacli e Gabriel Manoel, representantes da Aliança Renovadora Nacional e Lineu Turra e Valter Pietrângelo, representantes do Movimento Democrático Brasileiro. Havendo número legal, o senhor presidente declara instalada a Comissão, e convida os senhores membros a escolherem o Presidente e Vice-Presidente. O senhor deputado Gabriel Manoel propõe os nomes dos senhores deputados Fuad Nacli e Lineu Turra respectivamente para Presidente e Vice-Presidente. Posta em votação, é aprovada por unanimidade. O senhor presidente em exercício convidou o Presidente eleito para tomar posse. A seguir o senhor deputado eleito Presidente agradeceu a confiança nele depositada pelos seus pares, dizendo que tudo fará pelo bom andamento dos trabalhos da Comissão. Como ninguém mais fizesse uso da palavra, ficou deliberado que as reuniões serão condicionadas à existência de matéria pertinente à Comissão. A seguir o senhor Presidente indica o funcionário senhor Roberto Diniz Satyro, para exercer as funções de Secretário. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme, foi pelo senhor Presidente e demais membros assinada, assim como por mim Secretário.

Sala das Comissões, em 15 de março de 1977.

(aa) FUAD NACLI — Presidente  
Roberto Diniz Satyro — Secretário